

A INSUSTENTABILIDADE DO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹

Dinizar Fermiano Becker²

RESUMO: Nos contextos de crise ou nas fases de transição da sociedade, muitas são as modas, as receitas ou as bandeiras que são empunhadas. Entre todas as modas contemporâneas, uma está ganhando destaque: a da sustentabilidade. Uns a recebem como uma ação racionalizadora do uso dos recursos naturais. Outros a empunham enquanto bandeira de luta contra a onda conservadora que assola o mundo contemporâneo. Terceiros a concebem como possibilidade ou como caminho viabilizador de um projeto alternativo, diferenciado e diferenciador do desenvolvimento local-regional. E mais, como uma ação construtora das condições básicas de uma utopia desenvolvimentista fundada no triplo processo de diferenciação socioambiental, diversificação econômico-corporativa e de pluralização ideológica. Essas três dimensões da sustentabilidade compõem a discussão desse artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade; receita racionalizadora; bandeira de luta; utopia desenvolvimentista.

THE UNSUSTAINABLE DISCOURSE OF THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT

ABSTRACT: In time of changes or crises in a society, many are the tendencies, recipes or banners that are hoisted. One of the contemporary tendencies that stands out is the sustainability. Some prescribe it as a rational use of the natural resources. Others hoist it as a banner of fight against the traditional wave that devastates the contemporary world. And third ones conceive it as a possibility or feasible way of an alternative project, differentiated and differentiator to the local-regional development. Moreover, as a constructive action of the basic conditions of a developing utopia based on the triple process of the socioambiental differentiation, economical-corporative variety and ideological plurality. These three dimensions of sustainability support the discussion of this article.

KEY WORDS: Sustainability; rationalized recipe; banner of fight; developing utopia.

¹ Este texto é uma versão resumida e revisada de artigo publicado no livro de Becker, D. (Org) Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade? 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

² Doutor em Economia pela UNICAMP. Professor do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Desenvolvimento Regional e em Direito da UNISC. Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UNISC e da UNIVATES - Centro Universitário. Livros Publicados: **REDENEP: A pesquisa, o planejamento e a gestão em rede do desenvolvimento local-regional.** UNIVATES, 2000. **Desenvolvimento Sustentável.** EDUNISC, 1999; **Competitividade** Os descaminhos da globalização. FATES, 1998. Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari - CODEVAT, 08/1995 -08/2001. Presidente do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - COREDES - RS, 09/1997 -07/2000.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos num período de transição. Uma transição que alguns rotulam como passagem da sociedade urbano-industrial para a sociedade pós-industrial (Bell, 1987). Outros a qualificam como a passagem da sociedade capitalista para a sociedade pós-capitalista (Drucker, 1993). Terceiros identificam essa transição como sendo a passagem do moderno para o pós-moderno (Lyotard). Quartos, ainda, afirmam que está ocorrendo uma transição da ciência moderna para a ciência pós-moderna (Santos).

É uma transição que se revela nas múltiplas dimensões de uma crise decorrente do esgotamento do paradigma dominante e se preanuncia na emergência de um novo paradigma. Os sinais emitidos por essa crise transicional, em que “um passado morto não morre, um futuro nascente não consegue nascer” (Morin & Kern, 1995), ou como propõe Gramsci “o velho está morrendo e o novo não consegue nascer”, “nos permitem tão-só especular acerca do paradigma que emergirá deste período revolucionário,” (Santos, 1988, p.54). É o que se pretende fazer neste texto: especular sobre a possibilidade de um desenvolvimento sustentável.

Nos contextos de crise ou nas fases de transição da sociedade, muitas são as modas, as receitas ou as bandeiras que são empunhadas. Entre todas as modas contemporâneas, uma está ganhando destaque: a da sustentabilidade. Uns a receitam como uma ação racionalizadora do uso dos recursos naturais. Outros a empunham enquanto bandeira de luta contra a onda conservadora que assola o mundo contemporâneo. Terceiros a concebem como possibilidade ou como caminho viabilizador de um projeto alternativo, diferenciado e diferenciador do desenvolvimento local-regional. E mais, como uma ação construtora das condições básicas de uma utopia desenvolvimentista fundada no triplo processo de diferenciação socioambiental, diversificação econômico-corporativo e de pluralização ideológica. Essas três dimensões da sustentabilidade compõem a discussão desse artigo.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: RECEITA RACIONALIZADORA DO USO DOS RECURSOS NATURAIS

Invariavelmente, os textos sobre a questão da sustentabilidade trazem na sua introdução preocupação com “os limites do crescimento material” (Hogan & Vieira, 1995, p. 8), o que faz (Kendall, 1994) “afirmar que os seres humanos e o mundo natural estão numa rota de colisão” (*apud* Cavalcanti, 1995, p. 17), deixando entender que a irracionalidade do sistema capitalista estaria provocando essas distorções no processo de desenvolvimento humano.

Isso estaria ocorrendo porque “a crise ambiental contemporânea é justamente a irrupção da natureza, do Mundo das Coisas, enquanto sujeito, na história humana” (Stahel, 1995, p. 113), ou como afirma Seres (1990, p.18) “no mundo mundano,” como se fosse uma reação das demais espécies, da natureza, à sociedade industrial, já que “os ciclos naturais foram substituídos pelos ciclos industriais”. (Goldsmith, *apud* Stahel, 1995, p. 123)

Nessa mesma linha interpretativa, a crise ambiental seria conseqüência do “definhamento do paradigma cartesiano - newtoniano” (Rohde, 1995, p. 141), por absolutizar os aspectos quantitativos e relativizar os aspectos qualitativos (Stahel, 1995, p. 109), o que gera a recorrente impossibilidade de se qualificar a quantidade, porque os aspectos qualitativos são “incorporados no sistema de preços”. (Acselrad, 1995, p. 131)

Leis (1995, p. 16) inclui outra dimensão à questão, quando afirma que:

...a desordem global da biosfera põe em evidência o 'pecado original' da civilização. A humanidade vive em duas realidades: uma mais permanente, a do planeta Terra; e a outra mais transitória, a do mundo. A Terra e sua biosfera formam uma grande síntese de sistemas interativos e complexos (orgânicos e inorgânicos). O mundo é uma 'segunda' realidade, derivada da ocupação da Terra pela espécie humana. Mas, enquanto a Terra é uma unidade de sistemas altamente equilibrados e estáveis, o mundo é todo o contrário. As obras e valores dos seres humanos configuram sistemas de alta instabilidade, com características divergentes e contraditórias entre si e com relação à natureza. A crise ecológica global se origina na radicalidade alcançada nos tempos modernos pela dualidade Terra - mundo, já que esta, por ser inerente ao princípio ativo da civilização, é também inevitável.

Dá para perceber, pelos termos usados, que o autor, ao referir-se ao equilíbrio e à estabilidade, está destacando os desequilíbrios quantitativos como princípio do contraditório entre Terra - mundo. Mais uma vez, a quantidade aparece como motor de um “desenvolvimento estreito e predatório”. (Ferreira & Ferreira, 1995, p. 121)

Nessa concepção, a natureza é considerada como recurso que deve ser preservado, como quantidade escassa, cujo consumo no processo produtivo deve ser racionalizado, já que é considerada meio para a reprodução econômica.

Isso está absolutamente dado “para os adeptos da racionalidade economicista. Os recursos não são vistos senão sob o ângulo de sua disponibilidade no mercado e de seu preço”. (Vieira, 1995, p. 106) Nesse rol, estão, além dos recursos humanos, os recursos culturais. Todos são considerados quantidades de insumo e/ou meios indispensáveis para a exploração econômica. Só por isso, porque são quantidades, possuem a alcunha de recursos. Nessa linha, autores famosos, que cunharam conceitos famosos como “capital humano,” logo cunharão outros; capital natural, capital cultural, etc.

Enquanto quantidades ou recursos naturais escassos e, só por isso, “foi possível reconhecer que o desperdício e a poluição deixaram de representar apenas um problema referente às condições de vida e consumo das populações humanas, mas que dizem respeito à própria base de reprodução da esfera produtiva”. (Ferreira & Ferreira, 1995, p. 19) Portanto, é, por excelência, um problema do padrão de produção e consumo.

Nesse momento, ganham força na contenda duas linhas básicas: uma de denúncia; outra de acusação.

Na linha da denúncia,

encontra-se a 'lista básica' dos problemas mais sérios atualmente ameaçando o planeta [é] constituída: pelo efeito estufa, pela depleção

da camada de ozônio, pelo acúmulo de lixo tóxico, pela perda da biodiversidade e pelo esgotamento de recursos não-renováveis. Esses fenômenos implicam danos irreversíveis e irreparáveis para a humanidade, pelo menos dentro dos padrões da tecnologia conhecida ou previsível. Qualquer agravamento desses problemas poderia pôr em risco a sobrevivência de pelo menos parte da população do planeta, num futuro mais ou menos longínquo.

Num patamar inferior de gravidade, periculosidade e irreversibilidade, encontra-se uma categoria de problemas derivados do uso de tecnologias inadequadas, da má-administração de recursos naturais, do crescimento populacional ou de uma combinação desses fatores. Estes incluem fenômenos tais como a chuva ácida, a desertificação, a erosão, a poluição do ar, as enchentes, o esgotamento de recursos hídricos, a contaminação radiativa etc. Todos estes são graves em si mesmos, mas são localizados em espaços mais definidos e são suscetíveis de serem controlados e revertidos num prazo relativamente curto, utilizando-se a tecnologia disponível. (Martine, 1996, p. 23)

Na linha acusatória, Martine (1996, p. 23) é definitivo: "a responsabilidade principal para a maioria das ameaças planetárias mais graves recai totalmente sobre os países de industrialização avançada". São os responsáveis pelo efeito estufa, depleção da camada de ozônio, lixo tóxico, esgotamento dos recursos não-renováveis. Embora Martine (1996, p. 24) reconheça que

...existe uma série de problemas ecológicos, de âmbito local, regional ou nacional, cujos antecedentes são claramente atribuíveis ao complexo pobreza/ crescimento demográfico acelerado/tamanho populacional/ subdesenvolvimento...

Dos países periféricos que levam ao desmatamento, à desertificação, às enchentes, à perda da biodiversidade, entre outros, mesmo assim, não deixa dúvidas, é "fácil demonstrar que os padrões de produção e de consumo dos países desenvolvidos são responsáveis pela maioria dos piores problemas de degradação ecológica". (p. 24)

Transparece nesse tipo de interpretação a crise ambiental como resultado do padrão de produção e consumo, principalmente dos países desenvolvidos, deixando entender que bastaria desconstruir um velho padrão de desenvolvimento e em seu lugar colocar um novo padrão. Para tanto, bastaria racionalizar as irracionalidades do atual padrão de produção e consumo.

Por incrível que pareça, essa pregação encontra guarida na realidade recente. Cresce fantasticamente o rendimento econômico das matérias-primas básicas através do processo de "descomoditização". Ao mesmo tempo que cresce aceleradamente a produtividade do trabalho, quantitativamente usam-se menos "recursos" naturais, culturais e humanos. O desemprego crescente, seja estrutural ou tecnológico, é o exemplo, o que faz alguns autores dizerem adeus ao trabalho. (Antunes, 1995)

Até que ponto a racionalidade proposta por esse tipo de interpretação quantitativa da crise ambiental é funcional ao sistema e o legítima? Será que não é uma tentativa de racionalizar o irracionalizável?

Algumas coincidências são reveladoras do parentesco existente entre a sustentabilidade e a competitividade³. Tanto uma quanto a outra parecem aflorar do mesmo processo de transformação do padrão de desenvolvimento, iniciado nos anos 60.

As dificuldades de reprodução do padrão de desenvolvimento que levaram ao fim do padrão monetário, baseado no dólar americano, no início dos anos 70, são o marco de um processo de transformações "que caracteriza a reestruturação mundial do capitalismo". (Mattoso, 1995, p. 62) Essa reestruturação deslança todo um processo de reestruturação econômica de países, primeiro dos avançados, depois dos atrasados, acompanhada por toda uma reestruturação produtiva e patrimonial das empresas⁴.

Esse processo se assenta numa revolução tecnológica dos métodos de produção por excelência racionalizadora de tempo, espaço e materiais. Racionalizar passou a significar menos tempo, estoques, trabalho, energia, custos, Estado, entre outros. Em outros termos, significou eliminar do processo produtivo todos os "desperdícios", todas as irracionalidades. Dessa forma, elevou-se fantásticamente a produtividade, potencializando a valorização produtiva e, assim, viabilizando a financeirização da riqueza, via crescente valorização financeira dos ativos. Iniciada nos países desenvolvidos, essa mudança no padrão de desenvolvimento generalizou-se a partir dos anos 80 para o mundo, provocando uma verdadeira revolução nas relações sociais e econômicas, revolução que alguns autores denominam de a "Terceira Revolução Industrial". (Coutinho, 1992)

É estranho e elucidativo observar como o movimento pela sustentabilidade do sistema ganhou corpo e força paralelamente às transformações que modificariam profundamente os fatores determinantes da competitividade⁵, dando forma e conteúdo a novos padrões de concorrência intercapitalista⁶.

Ao mesmo tempo em que ruía o padrão dólar, vinha a público o relatório Meadows do Clube de Roma denunciando os Limites do Crescimento. Publicação essa que coincidiu com a realização, pela ONU, da primeira grande conferência sobre a questão ambiental em 1972, na cidade de Estocolmo.

Nem a publicação do Clube de Roma, nem a conferência de Estocolmo [nem as dificuldades do padrão dólar] caíram do céu. Elas foram a consequência de debates [da especulação contra a moeda americana] sobre os riscos da degradação do meio ambiente que, de forma esparsa,

³ Consultar a respeito do conceito de competitividade e do acirramento do processo competitivo: Coutinho e Ferraz, (1994); Ferraz et al, (1996); Hagenauer, (1989); Kupfer, (1991) e (1992).

⁴ Ver a esse respeito: Tavares e Fiori, 1993 e 1997.

⁵ Sobre os determinantes da competitividade consultar: Coutinho e Ferraz, 1994 e Ferraz et al, 1996.

⁶ Ver a esse respeito: Kupfer, 1991.

começaram nos anos 60, e ganharam, no final dessa década e no início dos anos 70, uma certa densidade, que possibilitou [levou] a primeira grande discussão [crise] internacional culminando na [no] Conferência de Estocolmo em 1972. [fim do Padrão Dólar no mesmo ano](Brüseke, 1995, p. 29-30)

Desdobramentos posteriores como os compreendidos no conceito de ecodesenvolvimento, encontrados na Declaração de Cocoyak e no Relatório Dag-HammarsKjöld (Brüseke, 1995, p. 32), aprofundaram a crítica ao padrão de desenvolvimento industrial e, ao mesmo tempo, propuseram alternativas racionalizadoras para o sistema.

Por fim, chega-se ao Relatório Brundland, que propõe que “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades,” sobretudo, atender “às necessidades essenciais dos pobres do mundo”. (Brundland, 1991, p. 46)

Parafraseando a TV Globo, poderíamos dizer “Esta é uma obra de ficção. Qualquer semelhança com a realidade terá sido mera coincidência”. Nesta mesma linha de ficção, aparece a ECO 92 que reuniu mais de 35 mil pessoas, entre elas, 106 chefes de Governos e não correspondeu às esperanças e às expectativas. (Relatório Worldwatch, *apud* Brüseke, 1995, p. 34)

Já que a riqueza continuou sendo concentrada pelos países ricos e a pobreza continuou sendo acumulada pelos países pobres, seguindo a lógica neoliberal que levou os ricos a ficarem mais ricos e os pobres mais pobres, essa é/foi uma das funcionalidades do discurso do desenvolvimento sustentável: racionalizar o uso dos recursos.

Racionalizar a quantidade na exata medida qualitativa necessária para melhorar o desempenho competitivo de empresas e nações foi, em si, meio e fim para viabilizar um novo padrão de acumulação. Os programas de qualidade total, bem como a normalização contida na Série ISO difundem para o mundo essa lógica, já que foi impossível racionalizar o irracionalizável. Uma forma inteligente e criativa de oferecer uma nova bandeira de luta aos deserdados de tantas outras bandeiras nos tempos recentes, criando assim um movimento ecologista legitimador do aprofundamento da exploração do homem pelo homem e da exploração das demais espécies pela espécie humana. Vamos observar no próximo item como fica essa nova bandeira de luta nas mãos de cientistas, progressistas, desenvolvimentistas, entre outros desencantados com o desenvolvimento humano.

3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA NOVA BANDEIRA DE LUTA DOS DESENCANTADOS COM OS ENCANTOS DA MODERNIDADE

Dizem que a história não se repete, mas que o presente resulta de um passado remoto também não se nega. As semelhanças, as diferenças, as continuidades, as descontinuidades demarcam, nos dias atuais,

uma espécie de tempo radical de rivalidade e desenvolvimento, magnífico, multiforme, crescendo e lutando como uma floresta selvagem, e, de outro lado, um poderoso impulso de destruição e autodestruição, resultante de egoísmos violentamente opostos, que explodem e batalham por sol e luz, incapazes de encontrar qualquer empecilho, qualquer consideração dentro da moralidade ao seu dispor. (Nietzsche, *apud* Berman, 1986, p. 21)

Resulta que

todas as relações fixas, enrijecidas, com seu travo de antiguidade e veneráveis preconceitos e opiniões, foram banidas; todas as novas relações se tornam antiquadas antes que cheguem a se ossificar. Tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens, finalmente, são levados a enfrentar (...) as verdadeiras condições de suas vidas e suas relações com seus companheiros humanos. (Marx *apud* Berman, 1986, p. 20)

Essas duas citações são uma amostra de como Marx, Nietzsche e seus contemporâneos viveram a modernidade em sua totalidade e profundidade.

Hoje, "um século depois, o processo de modernização desenvolveu uma rede da qual ninguém pode escapar, nem no mais remoto canto do mundo; podemos aprender de maneira considerável com os primeiros modernistas, não tanto sobre o seu, mas sobre o nosso tempo" (Berman, 1986, p. 35), tendo em vista que hoje, mais do que nunca, "tudo que é sólido se desmancha no ar".

Essa intensificação do processo de modernização instalou pessimismo e um sentimento de passividade e desesperança em muitos de nós nos anos recentes, como se fosse um desencadeamento radical com a modernidade.

Os desencantos se multiplicam por todos os campos e esferas. São de toda ordem e natureza. Por exemplo: existe desencanto com a ciência moderna em geral e em especial com a ciência econômica; há desencanto com o desenvolvimento humano.

Santos (1988, p. 47) vai direto ao ponto, "estamos de novo perplexos, perdemos a confiança epistemológica". "Perdemos a fé na eternidade, no determinismo, no mecanicismo, na reversibilidade, na ordem, na necessidade do paradigma dominante." (p. 56) Perdemos, inclusive, a crença no rigor científico, "porque, fundado no rigor matemático, é um rigor que quantifica e que, ao quantificar, desqualifica; um rigor que, ao objetivar os fenômenos, os objetualiza e os degrada, e que, ao caracterizar os fenômenos, os caricaturiza". (p. 58)

Nesse contexto, a ciência econômica "...é uma ciência cuja matematização e formulação são cada vez mais rigorosas e sofisticadas; mas essas qualidades contêm o defeito de uma abstração que se separa do contexto (social, cultural, político); ela conquista sua precisão formal esquecendo a complexidade de sua situação real, ou seja, esquecendo que a economia depende daquilo que depende dela. Assim, o saber economista que se encerra no econômico torna-se incapaz de prever suas perturbações e seu devir, e torna-se cego ao próprio econômico..." (Morin & Kern, 1995, p. 70)

Morin (1987, p. 19) vai mais longe no seu desencanto: "sabemos agora que este conhecimento é mal conhecido e conhece mal, que é fragmentário e que

ignora aquilo que desconhece e aquilo que conhece". É, enfim, um conhecimento mutilado/mutilante, atomizado, parcelado e redutor. (Morin, 1989, p. 13)

Para estes, a ciência moderna constitui-se num ciclo vicioso do objeto-sujeito-objeto que se expressa na linearidade, determinismo, mecanicismo e disciplinaridade do conhecimento produzido. Enquanto tal, é redutor e a-histórico, não conseguindo dar conta da complexidade e da dinâmica do real.

Esse desencantamento aparece mais contundente quando observado mais de perto o desenvolvimento humano recente. Um desenvolvimento "estreito e predatório", segundo alguns; "concentrador", pois menos de um quarto da população mundial consome 80% dos bens e mercadorias produzidos pelo homem (Martine, 1996, p. 25); depredador, pois menos de 25% da população do globo vive nos países ricos consumindo mais de 75% da energia (Morin & Kern, 1995, p. 83); "que rejeita em seus guetos os excluídos do desenvolvimento, entre os quais 10% a 20% de desempregados". (Morin & Kern, 1995, p. 87)

Isso faz Morin & Kern (1995, p. 74) afirmar que "a idéia de desenvolvimento continua ainda tragicamente subdesenvolvida porque presa à racionalidade econômica".

Segundo Buarque (1989, p. 51)

...as idéias do mundo, salvo a idéia de progresso, passam a ser descartáveis, ou legitimadas em função de sua articulação com a idéia central, a realização do progresso. Os valores estéticos e éticos e o conceito de eficiência social passam a definir-se conforme a contribuição que venham a oferecer ao processo de crescimento do produto na economia. As definições de beleza, de justiça, de soberania são subordinadas ao progresso no seu sentido material.

Dessa forma, o desenvolvimento humano reduziu-se ao desenvolvimento econômico, perdendo as demais dimensões da vida e da espécie humana.

Devagar, mas crescentemente, os desencantos com a modernidade foram fazendo parte do cotidiano dos desenvolvimentistas, progressistas, cientistas, entre tantos outros desencantados. Descobriram que o próprio processo de produção da riqueza produz a pobreza. Descobriram que "o capitalismo marcou a inversão dos meios econômicos em fins, apoiado na produção pela produção, na criação incessante de necessidades visando à acumulação. Caracteriza-se por estar centrado na racionalidade econômica, em detrimento de outras racionalidades". (Stahel, 1995, p. 117)

Essa descoberta se tornou "definitiva" com a derrocada do socialismo real. Com ele teria acabado o sonho, a utopia e a história, segundo alguns.

Assim, as diversas utopias foram sendo exorcizadas pelo próprio processo de modernização, o que, em outras palavras, pode ser traduzido no avanço absoluto do capitalismo. Agora, mais do que nunca, o econômico reina absoluto em todos os cantos e recantos do mundo.

Esse primado da racionalidade econômica pressupõe a transformação das outras racionalidades. Por isso, precisamos transitar da velha para uma nova ciência; do velho método científico para um novo método; do velho rigor científico para um

novo rigor; da democracia político-formal para a democracia sócio-real; da ciência econômica tradicional para a ciência econômica ecológica; do velho progresso para um novo progresso; do velho socialismo-real para o novo socialismo-democrático; do velho desenvolvimento para o ecodesenvolvimento; do desenvolvimento econômico para o desenvolvimento sustentável.

Portanto, ao mesmo tempo que exorciza velhas utopias, o próprio sistema cria e recria novas. A sustentabilidade é a que está, entre muitas outras, se tornando hegemônica nos anos 90, como se fosse o reencantamento do mundo, ou da modernidade, como preferem os pós-moderno. Nessa condição, parece configurar uma nova racionalidade do sistema capitalista, dando forma e conteúdo à uma nova bandeira de luta política, um novo ideal militante de vida, ao movimento ecologista contemporâneo.

4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA UTOPIA DESENVOLVIMENTISTA

Essa nova racionalidade do sistema capitalista para se viabilizar pressupõe o desaparecimento das grandes utopias, o fim da era dos grandes modelos de desenvolvimento, e que, ao mesmo tempo, enquanto tendência tem um outro lado: cria a necessidade, ou melhor, abre a possibilidade para o surgimento de novas e diversas utopias. Dessa forma, geram-se as condições concretas para a coexistência de múltiplos modelos de desenvolvimento. Essa diversidade de processos de desenvolvimento orienta-se pelas necessidades local-regionais e/ou interesses socioambientais regionalizados. Cada localidade, comunidade, municipalidade, sub-região, região poderá e deverá optar por um processo de desenvolvimento que respeite seus valores e recursos específicos e melhor lhe oportunize participar do processo mundial de desenvolvimento.

Aceita-se, portanto, que exista uma tendência, atual e irreversível, que esteja se concretizando numa passagem das megadecisões, das macropolíticas, dos grandes projetos de desenvolvimento como forma predominante para uma crescente participação das micro e mesodécisões, das micro e mesopolíticas e dos pequenos e médios projetos, que levarão/levam à definição e constituição de múltiplos modelos e múltiplas formas de inserção de cada conjunto no processo geral de transformações.

Antes, no entanto, de aprofundar a discussão sobre a nova realidade, é preciso não esquecer, porque é sempre necessário lembrar, os limites desse processo. Esta é uma nova fase expansionista do sistema capitalista e, portanto, ocorre de acordo com seus pressupostos, ou melhor, de acordo com suas principais barreiras à emancipação humana: divisão do trabalho e propriedade privada. Não pode haver espaço para ilusão! Essa nova fase expansionista ocorre dentro dos limites do Modo Capitalista de Produção. As transformações atuais são transformações capitalistas, cuja funcionalidade está a serviço da valorização do capital financeiro, transnacionalizada.

Qualquer "novo" modelo de desenvolvimento aparecerá ou se conformará dentro dos parâmetros e limites do processo de valorização do capital financeiro, cujas relações dominantes realizam-se através do controle das informações, da

apropriação do conhecimento e da capacidade de coordenação financeira global⁷. São esses instrumentos “pós-modernos” que, ao mesmo tempo que viabilizam a dominação em escala mundial, abrem a possibilidade, embora dentro de limites muito objetivos e concretos e muito mais por necessidade do próprio sistema capitalista, para as histórias locais, as tradições do lugar, enfim, para os desejos, necessidades e fantasias fragmentadas.

Recupera o capitalismo, dessa forma, o turbilhão da criação destrutiva e da destruição criativa como muito bem cristalizou Schumpeter (1982) na figura heróica do empreendedor que era, segundo sua concepção, um destruidor criativo “por excelência”, porque estaria preparado para levar a extremos vitais as conseqüências da inovação técnica e social, mesmo que o desfecho esteja fadado à tragédia.

Nessas condições, a geografia dos gostos, dos desejos, das fantasias, das culturas, das economias, das políticas, das tecnologias, das sociedades, dos ambientes diferenciados se torna orgânica e dinamicamente a mola propulsora, sob o comando do capital financeiro, do novo padrão de acumulação flexível⁸ que se desenha e se avizinha.

Por isso, não se tem, neste item, nenhuma ilusão, nenhuma fé, de que, por exemplo, a “municipalização” disso ou daquilo seja melhor ou pior, para beltrano ou cicrano. Municipalizar, localizar, territorializar as dificuldades, os problemas é funcional ao sistema capitalista. Devolve-se, dessa forma, os desafios às comunidades local-regionais.

Cada qual deve se estruturar, se organizar para enfrentar a nova realidade, arcar com os custos socioambientais de sua própria reprodução, essa é a lógica do processo.

Portanto, a possibilidade de que aflorem novos modelos, novas utopias e, por consequência, que coexistam múltiplos modelos de desenvolvimento é uma realidade decorrente do próprio processo de transformações do sistema capitalista e é funcional ao mesmo. No sentido que coloca em concorrência as localidades, as regiões, as nações, entre outros espaços.

É só a partir da participação direta que se pode pensar o desenvolvimento sustentável como projeto alternativo, que num primeiro momento pode ser funcional ao sistema, mas com o tempo, quem sabe, se transformar num processo emancipatório, já que este é o momento para que outros aspectos da vida humana, além do econômico-material, possam ser reintegrados ao processo de desenvolvimento, pois serão, sem dúvida, possibilitadores de trocas via diferenciação.

Nesse contexto, os modelos de desenvolvimento, longe de surgirem totalmente armados da cabeça de um só homem ou de um grupo de tecnocratas, nascem entre os homens que os procuram juntos no processo de uma troca dialógica.

⁷Ver sobre esses instrumentos recentes de dominação: Harvey, 1993.

⁸Sobre esse conceito consultar: Havey, (1993).

Visto dessa forma, o processo de desenvolvimento, enquanto modelo, já não tem a função de convencer ou de fazer compreender o valor de um determinado modelo ou de uma solução para a questão social. Ele tem como tarefa pôr em marcha os desafios das massas: fazer ver, melhor, fazer desejar.

O processo de desenvolvimento participante assim concebido, assim praticado, escancarará a porta para o desconhecido, para o verdadeiro futuro, novo, irreduzível ao presente ou às imagens idealizadas do passado, processo de desenvolvimento participante concebido enquanto subversão do conjunto das condições da vida humana. Para submeter o cotidiano dos indivíduos é preciso colocar na ordem do dia das pessoas modelos futuros de desenvolvimento enquanto subversão do modelo contemporâneo de desenvolvimento.

Dessa forma se constrói uma utopia desenvolvimentista que, enquanto tal, se destaca do conceito para tornar-se imagem, imagem mediadora e aberta à verdade do desejo. Por esse caminho, as pessoas, os sujeitos descobrem-se para o sonho, para a utopia, para a visão, que exige distinção, seu verdadeiro espaço: a educação do desejo. (Abensour, 1990, p. 153)

A educação do desejo é essa grande função organizadora dessa utopia desenvolvimentista: educar o desejo, estimulá-lo, despertá-lo. Porque é preciso ensinar o desejo a desejar, a desejar melhor, a desejar mais, sobretudo a desejar de outra forma (Abensour, 1990, p. 145). Despertar a faculdade de desejar, de sonhar é despertar o indivíduo, o cidadão, o sujeito primeiro de qualquer processo de desenvolvimento que se intitule humano.

Só assim é possível compreender o processo de desenvolvimento, pois todos os modelos de desenvolvimento são mistérios a desvendar, enquanto tal, estimulante à imaginação. Mistério a descobrir, ou melhor, enigma a desvendar, a enfrentar, a pluralizar, a partilhar, a trocar, a viver e a pensar em comum. (Abensour, 1990, p. 167)

Sem sonhos, sem ilusões, com os pés na realidade, mas nem por isso pessimistas e/ou fatalistas, pois, embora dentro de limites muito claros e barreiras muito precisas, é aconselhável reconhecer que existe uma vaga possibilidade de a humanidade galgar a um patamar superior nas suas relações. Seja nas relações entre os homens, seja nas relações dos homens com as demais espécies (a natureza), seja nas relações de poder, há a possibilidade de se recuperar, mesmo que em parte, a capacidade criativa e inovadora dos indivíduos. Principalmente recuperar a energia decorrente de participação direta no processo decisório do desenvolvimento.

Por isso, torna-se imperativo pensar-se alternativas complementares à democracia representativa que a elevem de uma "democracia participada" para uma "democracia participante", embora sabendo-se da crítica de Bobbio (1991, p. 50), que afirma ser "a democracia direta (...) um corretivo útil, para a democracia indireta". Apesar dessas limitantes, é preciso recuperar a possibilidade de que cada cidadão possa influenciar as decisões que o interessam. E mais, é preciso "uma democracia representativa que se abra às formas da democracia direta". (Ochetto, 1991, p. 14) Isso será possível através da "progressiva combinação da democracia representativa com a democracia direta, de modo a desenvolver cada liberdade (...) e cada forma de participação". (Cerroni, 1991, p. 62)

Para isso, é necessário superar dois desafios: primeiro, criar alternativas para reconciliar os diversos aspectos do processo de desenvolvimento social, econômico, político, tecnológico, cultural e ambiental e, segundo, recuperar a possibilidade de fazer renascer no indivíduo a diferença, o plural e o diverso.

Repor esse conteúdo à democracia é repor o caráter subversivo da democracia. A democracia não é uma relação pacífica, é uma relação contaminada pelo conflito, pela divergência e pela contradição, por isso, a democracia é subversiva, segundo Bobbio. (1991) "E é subversiva no sentido mais radical da palavra, porque onde quer que ela chegue subverte a tradicional concessão do poder, tão tradicional, que é considerado natural, quando se trata do poder político ou econômico, do poder paterno ou sacerdotal - desce do alto para baixo". (Bobbio, 1991, p. 43) Tornar-se-á muito mais subversiva se a democracia for transformada em "democracia participante" ao invés da simplesmente "democracia participada". Será o poder subindo de baixo para cima.

Essa, aliás, além de ser uma tendência, tornou-se uma necessidade do próprio processo democrático, pois compreende a superação da democracia formal, da democracia política na direção da democracia real, da democracia social. Abrange, portanto, a transição do cidadão genérico, abstrato, para o cidadão específico, concreto.

Contra o ceticismo de muitos, o pessimismo de alguns, a parte final desse item adiantará subsídios e argumentos em favor da crença na viabilidade de uma democracia mais participante. Pressupõe ela como "exigência fundamental alargar o controle democrático do sistema político para o sistema econômico" (Bobbio, 1991, p. 53) nos mais diversos níveis (comunitário, local-picada, linha, vila, bairro, municipal, sub-regional, regional, etc.) e nos mais diversos espaços (institucional, sindical, empresarial, organizacional, etc.).

Na verdade, não só pressupõe o alargamento dos controles democráticos, mas principalmente requer o aprofundamento do próprio processo democrático via múltiplas e variadas formas de participação do cidadão real/concreto no processo decisório.

Essa, aliás, além de ser uma tendência do próprio processo de democratização, assenta-se na possibilidade de uma transformação qualitativa de um sujeito politicamente passivo para um sujeito socialmente ativo. Acredita-se, portanto, que a emancipação humana pode e vai muito além da emancipação política e concorda-se com Bobbio (1991, p. 54) que a

...emancipação política não é suficiente, é, no entanto, sempre necessária, não podendo existir emancipação humana que não passe pela emancipação política. Esta emancipação requer o desenvolvimento, a extensão, o reforço de todas as instituições das quais nasceram a democracia moderna...

Não se trata, portanto, de reinventar a roda. Trata-se, isso sim, de recolocar velhas questões ao lado de novas alternativas à participação. Portanto, não se trata de eliminar "a democracia representativa, indireta e dominante, [que] consegue representar a si própria, como grupo oligárquico de poder e interesse

acima da sociedade civil oprimida” (Guiducci, 1991, p. 75), ou eliminar porque “o modelo representativo tornou-se de fato um invólucro ao qual não corresponde há tempos à substância dos poderes”.

Pelo contrário, trata-se de superar os limites, as dificuldades crescentes interpostas ao processo de democratização recente, via aprofundamento da própria democracia. Como afirma Bobbio, a “democracia é subversiva” ao qual acrescenta, com sabedoria, Ingraio (1991, p. 184) que a democracia moderna é subversiva exatamente porque “ao revelar sua imperfeição pede para tornar-se perfeita”.

Melhor do que isso, o caráter subversivo do processo democrático cria a cada momento novas possibilidades para se desenharem formas alternativas baseadas em elementos econômicos, culturais, sociais, técnicos, políticos e ambientais entre os quais se possa escolher e pelos quais seja permitido pedir também variantes ulteriores ou diretamente, inovações originais por parte dos cidadãos. (Guiducci, 1991)

Entretanto, só “uma sociedade não apenas sem propriedade privada, mas também baseada numa distribuição social e horizontal de todos os trabalhos produtivos e de todas as atividades sociais, poderia, na verdade, ser participante e responsável na igualdade e, portanto, mais livre e mais justa”. (Guiducci, 1991, p. 78)

Embora essa assertiva pareça uma utopia distante no tempo, que esbarra na impossibilidade real e atual para sua concretização, não se pode esquecer que é por sua natureza contraditória que a democracia torna-se hoje sempre mais subversiva, sendo, por isso, incômoda, desordenada, freqüentemente irritante. (Gerrantana, 1991) Enquanto processo de democratização, ela educa e abre espaços para o plural, para o diverso, para o diferente. Portanto, admite e se alimenta do conflito, do contraditório e da divergência. É exatamente esse caráter dinâmico que torna a democratização um processo progressivo.

“E isso somente é possível alargando e organizando nossa sociedade”. (Ingraio, 1991, p. 191) Isso quer dizer introdução, expansão, consolidação e aprofundamento da democracia nas mais diversas esferas do desenvolvimento humano: social, econômica, ambiental e política.

Na verdade, esse processo pressupõe um novo ordenamento social, por isso fundamenta uma nova fase desenvolvimentista na qual se transferirão para as sociedades funções antes exercidas pelo Estado, o que provocará uma transformação qualitativa do Estado, elevando-o para um patamar superior. (Signorille, 1991)

Essa tendência tem na base o caráter transformador e subversivo do próprio processo democrático e remete a discussão para o terreno gramsciano da hegemonia, que se constrói e se consolida no nível da sociedade civil. Nesse nível,

... a conquista da hegemonia e a busca de consenso, entendidas como funções onde se exprime a atividade estatal na sua relação orgânica com todas as articulações da sociedade civil, longe de exigirem uma liberdade do Estado, empenham-se na conquista positiva de uma liberdade no Estado, ou seja, de uma liberdade na organização complexa da vida política e econômica que supere qualquer contradição entre participação e direitos políticos. (Ochetto, 1991, p. 113)

A conquista da liberdade na organização complexa da vida política e econômica depende, em grande parte, da organização do movimento social, de uma maneira geral, já que "a conquista da democracia é luta política, organização de interesses, clareza e concretização de objetivos". (Signorille, 1991, p. 198)

Para que isso se torne possível num futuro próximo, é preciso, desde já, trabalhar alternativas viabilizadoras e transitórias que entrelacem democracia representativa e democracia participativa, democracia indireta e democracia direta, democracia delegada e democracia participante. Ao longo desse caminho, transformar "democracia participada" em "democracia participante". Quer dizer, transitar "para um sistema democrático de tipo novo, mais avançado, que seria denominado de democracia organizada" (Vacca, 1991, p. 141), ou, como diz Bobbio (1991, p. 50-1), de "democracia integral". Dessa poderia resultar um projeto alternativo de desenvolvimento humano.

A democracia partindo dos de baixo é revelada pelas

experiências, no seu entrelaçamento com a democracia representativa e nas solicitações positivas que lhe são impressas, que já indicam (...) as linhas de desenvolvimento de uma democracia organizada, como uma forma mista, provavelmente adequada às evoluções de uma sociedade democrática. (Vacca, 1991, p. 141)

Sociedade democrática só será efetivamente democrática se for organizada de uma forma diferente, já que a organização da sociedade tornou-se pressuposto e resultado do próprio processo de democratização. Além de ser trincheira garantidora das regras do jogo democrático, a sociedade organizada, ou melhor, a sociedade civil, na acepção que lhe confere Gramsci, funciona como dinamizadora do processo de transformações e aprofundamento da democracia. Nesse caso vale a regra quanto mais organizada a sociedade, mais democrática; quanto mais democrática uma sociedade, mais organizada.

Só do aprofundamento do processo de democratização é que pode desabrochar o reconhecimento das diversidades ambientais e culturais que se transformam em vantagens ou trunfos de diferentes espaços e escalas geográficas e na sabedoria de como articular a autonomia decorrente da diversidade com a unidade da sociedade local, regional, nacional, global. O desenvolvimento sustentável deve ser compreendido como as múltiplas alternativas que cada localidade, região ou nação têm, pelas suas diferenças culturais, ambientais e valores (éticos e morais), de construir sua inserção no processo geral de desenvolvimento.

E essa é, para o momento, a utopia possível: transformar-se em alternativa através da crescente organização e participação direta da população no processo decisório do desenvolvimento humano, sabendo, desde já, que é preciso muita ousadia e criatividade para se chegar lá.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em outros textos⁹, demonstramos que o próprio processo de globalização compreende um processo de regionalização que se pronuncia na crescente compressão do espaço. Esse processo contraditório recoloca o local como espaço privilegiado da ação humana. Dessa forma, reaproximando o homem, enquanto espécie, do seu próprio processo de desenvolvimento. Com efeito, o desenvolvimento humano passa a se manifestar lá onde vivem as pessoas, isto é, localmente.

Com isso, abre-se a possibilidade para se reconhecer e conferir autonomia às diferentes formas de organização das comunidades regionais e de suas formas de inter-relacionamentos. (Stroh, 1995, p. 285) As especificidades das características (sociais, econômicas, políticas, culturais, tecnológicas, ambientais) da região é que passam a conferir identidade do local. (Stroh, 1995, p. 285) As diferentes regiões resultam das diversidades sociais, econômicas, políticas, culturais, tecnológicas, ambientais, etc.

Em decorrência, as regiões deixam de ser versões em escala menor das nações. Elas adquirem especificidades que exigem teorias próprias para explicar o seu processo de desenvolvimento. (Haddad, 1993, p. 261) Portanto, o processo de desenvolvimento deixa de ser pura e simplesmente uma questão quantitativa e adquire crescentes dimensões qualitativas, através do pleno reconhecimento e do pleno desabrochar das diversidades regionais. Por esse caminho, a qualidade deixa de ser usada tão somente para potencializar a quantidade. Não é um puro e simples processo de diferenciação para conquistar crescentes fatias do mercado. A qualidade entra aqui como resultado das diversidades culturais, naturais, ético-morais, configurados e conformados em cada região.

No interior de cada processo de desenvolvimento, a qualidade só pode ser conquistada através da crescente organização e participação da população no processo decisório e nos frutos do desenvolvimento.

Isso, sem dúvida, só pode ser alcançado

...pela participação social no processo de decisão e construção regional, garantindo a adaptação rápida às constantes mudanças provenientes do dinamismo global (...). Essa participação é, entretanto, um processo formativo lento, uma recuperação coletiva da capacidade de organizar e construir uma região [lugar, local, comunidade] que implica não cortar opções, ou melhor, não levar os diversos segmentos da sociedade a situações indesejadas (...) por absoluta falta de opções. (Leite, 1994, p. 26)

Essa participação só se tornou possível em nossos dias, porque funcional e necessária ao próprio sistema capitalista. O rompimento da rigidez tornou-se uma necessidade do processo de valorização do capital. Flexibilizar a acumulação, a produção, o trabalho, o espaço compreende também flexibilizar a participação do

⁹Becker, (2000a, b, c, d) (1999 a, b, c; e) (1998).

plural, do diverso, do diferente. É, enfim, abrir espaço para a qualidade e a criatividade.

Duas condições, produto da modernidade, contribuem, ou melhor, tornaram-se viabilizadoras desta nova possibilidade: o avanço tecnológico que potencializou a capacidade analítica da humanidade para trabalhar com um crescente número de informações cada vez mais complexas em decorrência da crescente organização da sociedade moderna e "o surgimento da sociedade civil como terceiro sistema de poder ..." (Nerfin, *apud* Sachs, 1993, p. 30)

Por esse caminho, é possível aproximar-se do que denomino de desenvolvimento sustentável alternativo, diferenciado e diferenciador ou o que se pode considerar uma utopia desenvolvimentista. Trata-se, pois,

... de ajudar a sociedade civil a tornar-se o terceiro sistema de poder, a tomar consciência do seu papel para vir a ser uma entidade por si mesma, a começar a ter voz própria, a impor suas opções plurais; em resumo, reequilibrar a seu favor a relação de forças perante o Estado e as instituições que dominam a vida econômica, sejam elas privadas ou públicas. Isto porque uma constatação banal e não obstante essencial salta aos olhos: o desenvolvimento só se pode manifestar lá onde vivem as pessoas, isto é, localmente. (Sachs, 1986a, p. 115)

São, enfim, os diversos agentes dessas localidades que definirão ou não a articulação interna nas comunidades locais e da natureza de suas relações externas com a sociedade regional, estadual, nacional, continental e mundial.

Daí advém a necessidade e a possibilidade de se conceber o desenvolvimento econômico, político e social, como um processo amplamente participante, democrático e plural: um desenvolvimento diferenciado e, por isso, alternativo.

Para tanto, cada lugar, cada local, cada comunidade, cada microrregião, cada região, cada Estado, cada nação, cada continente terá que produzir seus mecanismos e instrumentos institucionais de participação. Além da construção destes mecanismos e instrumentos participantes, é preciso decidir por uma marca, por uma identidade social, econômica, política, cultural, tecnológica e ambiental pela qual cada lugar será conhecido e reconhecido como parte do processo de desenvolvimento mundial. Enfim, é cada lugar, local, comunidade, microrregião, região, etc. ter seu projeto alternativo de desenvolvimento humano.

Nesse contexto, as especificidades, porque fonte de diferenças, tornam-se as moedas a definir os ritmos de valorização de cada lugar, de cada local, de cada cultura, de cada pedaço da natureza, de cada conjunto de valores éticos e morais, enfim, valorização do humano, e, portanto, definidoras do adjetivo sustentável de cada processo de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABENSOUR, M. **O novo espírito utópico**. Campinas: UNICAMP, 1990.

ACSELRAD, H. Externalidade ambiental e sociabilidade capitalista. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**. São Paulo; Recife: Cortez; Joaquim Nabuco, 1995.

ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo: UNESP, 1995.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho**. São Paulo: Cortez: UNICAMP, 1995.

BECKER, B. K. A Amazônia pós-ECO-92. In: BURSZTYM, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BECKER, D. **A economia política contemporânea**: algumas considerações lógico-metodológicas. Inédito, 2000^a.

_____. **Desenvolvimento local-regional**: determinantes e desafios contemporâneos. Inédito, 2000b.

_____. **A economia política do desenvolvimento contemporâneo- algumas considerações teórico-históricas**. Inédito, 2000c.

_____. **REDENEP**: A pesquisa, o planejamento e a gestão em rede do desenvolvimento local-regional. Lajeado: UNIVATES, 2000e.

_____. BANDEIRA, P. S. (Org.). **Desenvolvimento local-regional**: tendências e necessidades contemporâneas. Santa Cruz do Sul: no prelo

_____. **Os (des)caminhos do desenvolvimento contemporâneo**: competitividade, sustentabilidade, flexibilidade. Inédito, 1999a.

_____. **Estudos setoriais e regionais comparados**. Inédito, 1999b.

_____. (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: necessidade ou possibilidade? 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999c.

_____. (Org.) **Competitividade**: o (des)caminho da globalização. Lajeado: FATES, 1998.

_____. Competitividade: um novo padrão de desenvolvimento regional. **REDES**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, V1, N1, p.9-55, 1996a.

_____. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma desenvolvimentista. **REDES**. Santa Cruz do Sul, v.2, n.2, p.17-73, 1996b.

_____. **Desenvolvimento participativo-criativo**: uma primeira exploração do tema. Lajeado: FATES, 1995. (Texto discussão, nº 7)

_____. Desenvolvimento contemporâneo: Processo de globalização e/ou fragmentação. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 2, n. 1, 1995.

BECKER, Dinizar F. A economia política do Vale do Taquari. **Estudo & Debate**. Lajeado: v. 1, n. 1, 1994.

BELL, Daniel. **O Advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1987

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BOBBIO, N. **O marxismo e o Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Joaquim Nabuco, 1995.

BUARQUE, C. **A desordem do progresso**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

BUARQUE, C. O pensamento em um mundo Terceiro Mundo. C. In: BÜRSZTYN M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CAVALCANTI, C. (Orgs.). **Desenvolvimento e natureza: Estudo para uma sociedade sustentável** São Paulo: Cortez; Recife: Joaquim Nabuco, 1995.

CERRONI, U. Existe uma ciência política Marxista. In: BOBBIO, N. **O Estado e o Marxismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

COUTINHO, L. A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Economia e sociedade**, Campinas, SP: n.2, 1992.

COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas SP: Papirus, 1994.

D'AMATO, J. L.; LEIS, H. R. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI C. **Desenvolvimento e natureza: Estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Joaquim Nabuco, 1995.

DRUCKER, P. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1993.

FERRAZ, J. C. et al. **Made in Brazil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

FERREIRA, L. C.; FERREIRA, L. C. Limites ecossistêmicos. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 1995.

GEORGESCU - ROGEN, N. **The entropy law and the economic process**. Cambridge: Harward, 1971.

GERRANTANA, V. Quando a democracia é subversiva. In: BOBBIO, N. **O Estado e o Marxismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

GUIDUCCI, R. A cidade dos cidadãos e a sociedade dos socialistas. In: BOBBIO, N. **O Estado e o Marxismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

GRUPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HAGENAUER, L. **Competitividade: conceitos e medidas**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1989.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993

HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (org.) **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 1995.

INGRAO, P. Democracia burguesa e ou estalinismo? Não: Democracia de massa. In: BOBBIO, N. **O Estado e o Marxismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

KRISCHKE, P. J. Atores sociais e consolidação democrática na América Latina. In: **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo: Cortez; Florianópolis UFSC, 1995.

KUPFER, D. **Uma abordagem neo-schumpeteriana da competitividade industrial**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1992. (texto discussão, n 299)

_____. **Padrão de concorrência e competitividade**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1991. (Texto discussão, n. 265)

LEITE, M. A. P. **Destrução ou desconstrução**. São Paulo: Hucitec, 1994.

LEIS, H. R. (Org.). **Ecologia e Política Mundial**. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **Ambientalismo**. In: **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo: Cortez; Florianópolis, UFSC, 1995.

_____. **Ambientalismo: Um projeto realista-utópico para a política mundial**. In: **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo: Cortez; Florianópolis, UFSC, 1995.

MAY, P. H.; MOTTA, R. S. (Org.). **Valorizando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MAY, P. Economia ecológica e o desenvolvimento eqüitativo no Brasil. In: CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez; Recife: Joaquim Nabuco, 1995.

MARTINE, G. A demografia na questão ecológica. In: MARTINE, G. **População, meio ambiente e desenvolvimento.** Campinas: UNICAMP, 1996.

MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra Pátria.** Porto Alegre: Sulina, 1995.

NOVAES, W. **Tirando o sono dos donos do mundo.** Gazeta Mercantil, São Paulo, p. A-3, 7 maio 1996.

OCHETTO, A. Sobre o conceito de democracia mista. In: BOBBIO, N. **O Estado e o Marxismo.** Rio de Janeiro: Graal, 1991.

PIRES, E. L. S.; SEKIGUCHI, C. Agenda para uma economia política da sustentabilidade: Potencialidades e limites para o seu funcionamento no Brasil. In: CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez; Recife: Joaquim Nabuco, 1995.

ROHDE, G. M. Mudança de paradigma e desenvolvimento sustentado. In: CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez; Recife: Joaquim Nabuco, 1995.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Geral, 1989.

_____. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 2, n. 2, maio/ago., 1988.

SCHUMPETTER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril, 1982.

SIGNORILLE, C. A democracia que transforma o Estado. In: **O Estado e o Marxismo.** Rio de Janeiro: Graal, 1991.

STAHEL, A. W. Capitalismo e entropia. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez; Recife: Joaquim Nabuco, 1995.

STROH, P.Y. As ciências sociais na relação interdisciplinar do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez; Recife: Joaquim Nabuco, 1995.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **(Des)ajuste estrutural e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

VACCA, G. Discorrendo sobre socialismo e democracia. In: BOBBIO, N. **O Estado e o marxismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

VIEIRA, P. F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. IN: **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995.

VIOLA, Eduardo J. O movimento ambientalista no Brasil (1971 - 1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, M. (Org.). **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Reynan, 1992a.

_____. ;BOEIRA, S. A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil (particularmente na microrregião de Florianópolis)". In: **Universidade e sociedade face à política ambiental brasileira**. Brasília: IBAMA. 1990.

_____. ; LEIS, Héctor R. Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: LEIS, Héctor R. **Ecologia e política mundial**. Rio de Janeiro: Vozes. 1991.

_____. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, Daniel; VIERA, Paulo F. (Org.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas:Unicamp. 1992b.

_____. **O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (mimeografado) 1993.

Worldwatch Institute Report. State of the World. New York W.W Norton & Company, [s. d.].